

AS COOPERATIVAS NO PROCESSO DE MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA: A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELA COOPFAM EM POÇO FUNDO-MG

Cooperatives in the process of globalization of agriculture: the monopolization of the territory by coopfam in Poço Fundo-MG

Thais de Cássia Silva Lemos

Graduada em Geografia pela UNIFAL-MG e Mestre em Geografia pela UFSJ, Brasil
thaisdecassiasilvamos19@gmail.com

Flamarion Dutra Alves

Docente da graduação e mestrado em Geografia da UNIFAL-MG, Brasil
flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br

Recebido: 01.08.2023

Aceito: 04.09.2023

Resumo

As políticas e estratégias para a modernização e exportação de *commodities* beneficiaram as multinacionais, que monopolizam o território rural, criando dinâmicas de produção para cada região do país. Entre as produções de *commodities* está o café, que passou por diversas transformações desde sua implementação no país, com histórico importante para a economia nacional, sendo a região do Sul de Minas Gerais a principal produtora. A região possui diversas multinacionais, cooperativas comerciais, que monopolizam o território para atender o capital. Dentre elas está a COOPFAM, em Poço Fundo-MG, que mesmo inserida em um modelo que valoriza os produtores familiares, contribui para o fortalecimento da monopolização cafeeira na região pelo seu importante papel para a comercialização e, assim, para o acúmulo de capital, que beneficia não somente a economia nacional, como a comercialização internacional.

Palavras-chave: Monopolização. Cultivo de Café. Mercantilização do Território. Sul de Minas. Agricultura Familiar.

Abstract

Policies and strategies for the modernization and export of commodities benefited multinationals, which monopolize rural territory, creating production dynamics for each region of the country. Among the commodity productions is coffee, which has undergone several transformations since its implementation in the country, with an important history for the national economy, the southern region of Minas Gerais is the main producer. The region has several multinationals, commercial cooperatives, which monopolize the territory to serve the capital. Among the cooperatives is COOPFAM in Poço Fundo-MG, which, despite being part of a model that values family producers, contributes to the strengthening of coffee monopolization in the region, due to its important role in marketing and thus capital accumulation, which benefits not only the national economy, but also international trade.

Keywords: Monopolization. Coffee growing. Commoditization of the Territory. South of Minas. Family farming.

1. INTRODUÇÃO

A partir dos anos de 1970, surge um processo de aceleração dos fluxos mundiais. A mundialização é a interação crescente das partes do mundo, agilizando as trocas, criando desenvolvimento em tecnologias da informação, comunicação e transporte. Oliveira (2016) destaca que a mundialização é mais uma nova ordem mundial criada pelo capitalismo monopolista com intuito de criar uma nova divisão internacional do trabalho e organização territorial do capitalismo. As relações centrais nessa nova dinâmica não se encontram presentes apenas em um lugar específico, mas onde for do interesse do capital. O centro deixa de ser apenas nos países ricos e passa a ser em todo lugar de possível conexão nacional e mundial e isso não ocorre apenas em grandes cidades ou capitais, mas em todos os lugares que podem criar uma organização territorial.

A agricultura também sofre processos de transformações diante da mundialização do capitalismo monopolista. Essas transformações são marcadas pela modernização agrícola que teve o Estado como principal implementador. A mundialização da agricultura altera as dinâmicas territoriais, modernizando e criando novas condições que beneficiam o capitalismo.

A mundialização da agricultura no monopólio capitalista abriu espaços para multinacionais, cooperativas e demais indústrias, que criam relações de poder e dominam as dinâmicas do território. A monopolização do território por essas empresas agroindustriais controla a produção e os produtores, sem ao menos produzir no campo, apenas com suas dinâmicas comerciais. Tal monopolização surge como uma das dinâmicas de avanço do capitalismo no campo que, no Brasil, tiveram projetos e políticas que implantaram a modernização e favoreceram o agronegócio e as indústrias mundiais, fazendo com que os produtores rurais ficassem “reféns” de um sistema que os inclui como subordinados diante das grandes corporações.

As relações territoriais se alteram para atender as dinâmicas capitalistas, sejam elas pela mundialização do capital ou por alternativas de comércio que surgem pela concorrência. Cria-se, assim, a necessidade de se alterar e modificar, como acontece com a produção da agricultura orgânica e demais produções consideradas especiais ou diferenciadas, que alteram e ampliam a produção cafeeira para atender mais espaços no

mercado internacional. Esse processo fortalece as *commodities*, que ampliam seus espaços de produção e de comercialização.

Entre as produções de *commodities* está o café, que passou por diversas transformações desde sua implementação no país. A região do Sul de Minas Gerais é a principal produtora e possui diversas multinacionais e cooperativas comerciais, que monopolizam o território para atender o capital. Assim os produtores deixam de produzir culturas diversificadas e passam para monocultura cafeeira como forma de permanecer no ambiente rural.

As cooperativas e multinacionais presentes na região criam uma territorialização do café, pois elas acabam se tornando “influenciadoras” para o sistema produtivo, principalmente quando geram bons lucros para o município e para os produtores. Ambas criam uma relação de poder e controle do território, afinal os produtores precisam se enquadrar nas necessidades das cooperativas para conseguirem se inserir no mercado.

Na região, há dezenas de cooperativas que atuam de acordo com suas ideologias e tamanho: enquanto algumas delas funcionam como grandes empresas capitalistas, não se preocupando com os produtores, também existem aquelas que são construídas pelos produtores e para os produtores. Mesmo que as relações com os cooperados sejam diferenciadas de acordo com cada cooperativa, o objetivo das mesmas é a comercialização do café para o mercado internacional, contribuindo para a mundialização do capital por meio da produção agrícola.

Entre as cooperativas da região, temos a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM), localizada em Poço Fundo, no Sul/Sudoeste de Minas Gerais (Figura 1), possuindo a cafeicultura como importante produção para a economia do município, empregando os agricultores e garantindo sua permanência no campo. A cooperativa é reconhecida internacionalmente na produção orgânica, além de estar inserida no mercado *fair trade*, que valoriza os produtores rurais com preços mais justos, possibilitando uma maior qualidade de vida. O comércio justo procura valorização, vida digna e permanência dos produtores no campo, criando projetos que os valorizem e que os incluam nas produções.

A COOPFAM é uma cooperativa de pequenos e médios produtores, que foi criada para facilitar a comercialização do café dos produtores do município, que possuíam dificuldades tanto para comercializar, como para rentabilizar.

A mesma está inserida no modelo “*fair trade*”, criando assim diversos projetos que contribuem para a permanência dos produtores e para que os mesmos possuam melhores

condições de renda. Porém os produtores necessitam seguir todos os critérios para conseguir a certificação. Por conta da certificação, o café possui um valor superior do que a produção convencional, por se tratar de uma produção sustentável, na qual são proibidos diversos fertilizantes químicos. Já nos orgânicos não são utilizados fertilizantes químicos. Assim, toda a produção e o manejo são controlados e diferenciados do convencional.

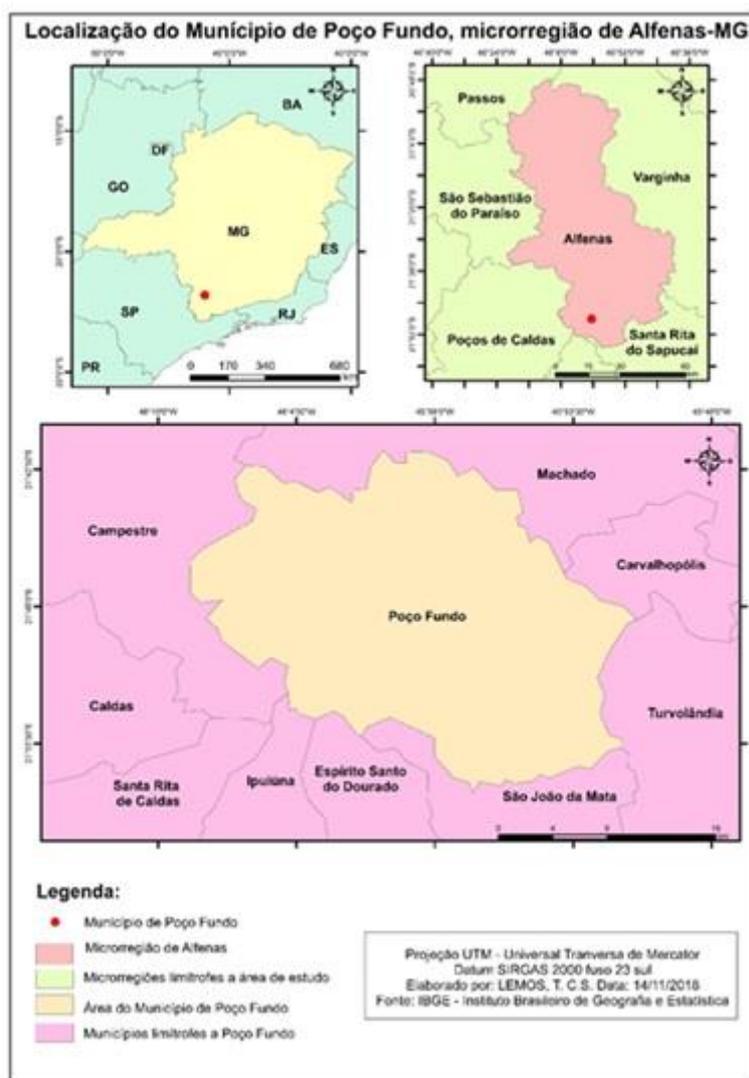


Figura 1 - Mapa de Localização de Poço Fundo-MG.
Fonte: Lemos (2022).

Os benefícios, por meio do comércio justo, fazem com que os produtores, além de possuírem condições melhores de renda e trabalho, ampliem essas vantagens para mais produtores pelo bom resultado, criando, desse modo, uma nova forma de acúmulo de capital por meio da cafeicultura. As cooperativas, assim, são mais um dos autores que ocupam o território e controlam as produções e os produtos sem ao menos precisar produzir.

Portanto, este artigo possui como objetivo apresentar o processo de mundialização da agricultura, sobretudo nas *commodities* de café, e o papel dos agentes que contribuem para a monopolização do território, destacando a participação da COOPFAM para esse processo de territorialização da cafeicultura.

O artigo será dividido em quatro tópicos: o primeiro apresentará a mundialização da agricultura no país; o segundo será sobre a cafeicultura, seu papel para a economia e na mundialização; o terceiro abordará o papel do cooperativismo para a cafeicultura e, por último, o quarto tópico discorrerá sobre a COOPFAM como agente importante para a monopolização cafeeira.

2. A MUNDIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA BRASILEIRA

A agricultura brasileira passou por transformações com a inserção do capitalismo, sobretudo com a modernização agrícola, baseada na Revolução Verde, ocorrida após a década de 1960, criando, assim, novas relações e necessidades para espaço agrário, fortalecendo a relação da agricultura e indústria com complexos agroindustriais. O processo de Revolução Verde no país se tornou um marco para a entrada do capital no campo.

A modernização agrícola pela Revolução Verde, com a adição dos produtos químicos, insumos e as variedades de sementes modificadas, não levou apenas aos impactos ecológicos, mas também impulsionou a dependência das empresas multinacionais produtoras de insumos agrícolas por maquinários, sementes, entre outras (ALBANO; DE SÁ, 2011). Os autores ainda salientam que as empresas multinacionais que receberam ajuda do Banco Mundial em 1970, criando o Grupo de Consultoria Internacional de Pesquisa Agrícola (GCIPA), desenvolveram sementes modificadas para os países subdesenvolvidos, sementes essas que dependiam de fertilizantes das grandes multinacionais, criando, assim, uma dependência entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

A Revolução Verde iniciou-se em 1940, porém só ganhou força em países subdesenvolvidos nos anos de 1970, principalmente o Brasil, que obteve importante apoio governamental para os pacotes tecnológicos. Coguetto (2014) aborda que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada em 1973, foi a principal responsável pela entrada de pacote de técnicas no país. Além da EMBRAPA, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), os incentivos à formação de cooperativas e os créditos fornecidos para financiar a compra de pacotes tecnológicos foram importantes

ações que o Estado realizou para a implementação da Revolução Verde e dos pacotes tecnológicos no país (MELO, 2021). O Estado foi o principal responsável por articular a modernização agrícola e a formação de complexos agroindustriais, fornecendo créditos, adotando novas bases técnicas e proporcionando a articulação entre as empresas públicas e as pesquisas (FREDERICO, 2013).

A articulação entre o sistema de assistência técnica e extensão rural surge como um processo de integrar a modernização à inovação agropecuária (DELGADO, 1985). Surgem também políticas públicas que favoreciam o uso dos agrotóxicos, deixando os produtores rurais “reféns” das multinacionais, procedimento nomeado de Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), lançado em 1975, que fazia parte das políticas de modernização da agricultura (ibidem).

As políticas e programas para modernização agrícola não possuíam interesse em um desenvolvimento rural e uma retribuição de terra, ao contrário, essas políticas contribuíram para o desenvolvimento das indústrias de maquinários e implementos agrícolas, atendendo às dinâmicas dos países capitalistas, principalmente norte-americanos.

Os Complexos Agroindustriais (CAIs), entre os anos de 1960 e 1980, se consolidaram diante da modernização agrícola. Para Delgado (1985) o surgimento e a consolidação dos Complexos Agroindustriais se manifestaram com novos interesses sociais, articulados com um novo bloco de interesses rurais, destacando a participação do capital industrial, do Estado e das grandes propriedades. Cria-se então um novo modelo agrícola com o objetivo de integrar a agricultura ao setor industrial. Um elo, portanto, entre as indústrias de maquinários, fertilizantes e insumos para a agricultura.

Os complexos agroindustriais criam um novo processo de acumulação em uma dinâmica para atender o capital, que não favorece somente os mecanismos internos, como apresentado por Graziano da Silva (1996):

O elemento que dá unidade às diversas atividades dos complexos agroindustriais é que todas elas são atividades do capital, com uma regulação macroeconômica mais geral. As ligações intercapitais não são apenas técnicas, mas sobretudo financeiras. A compra de insumos pela agricultura, por exemplo, impõe-se a princípio como necessidade técnica, mas implica de imediato a necessidade de financiamento. Esta não será mais tarefa de agentes isolados (como era o comerciante-prestamista), e sim do sistema financeiro instalado, o qual se torna um parâmetro para soldar o movimento da agricultura com o movimento geral da economia. Em outros temas, a modernização da agricultura requer a existência de um sistema financeiro constituído (concretizado inicialmente no SNCR) para que possa ser viabilizada e, ao mesmo tempo, esse sistema passa a ser fundamental na soldagem dos CAIs com o movimento global da acumulação (p.26).

Um importante sistema financeiro para introduzir a modernização agrícola dos produtores foi o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que surgiu em 1965, como é apresentado por Delgado (1985), sendo um sistema de créditos para financiamentos de meios de produção industriais com condições atrativas ao produtor e mais vantajosas para as indústrias, que permitiam ao Estado bancar a expansão de crédito rural, processo que contribuiu diretamente com as indústrias, que se beneficiam com as vendas dos maquinários.

Oliveira (2010) aponta o papel do Estado capitalista, que mediou o processo da adição do consumo de fertilizantes no país por meio do sistema bancário. O autor ainda salienta que o próprio empréstimo do Banco do Brasil conduzia os produtores a utilizarem os adubos químicos, sendo que 15% dos empréstimos deveriam ser voltados para a utilização dos adubos. Os empréstimos não beneficiam os produtores diretamente, mas o capital industrial, pois o dinheiro não chega na mão do produtor. Esse processo contribuiu para a territorialização das grandes agroindústrias, que dominaram o espaço agrário brasileiro. A mundialização da agricultura levou o país a ser o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Com uma dependência do setor monopolista agroquímico, o produtor se torna o principal dependente desse sistema, destinando sua renda para as empresas multinacionais agroquímicas, podendo, dessa forma, se levar ao endividamento (MELO, 2021).

As políticas nacionais e as demandas do mercado externo criaram novos padrões na agricultura, os produtores foram levados a se inserirem na produção tecnológica. Porém a modernização agrícola não ocorreu de forma homogênea, pois nem todos os produtores tiveram condições de inserir-se no modo de produção, principalmente os pequenos produtores que não conseguiram acompanhar as mudanças tecnológicas e de mercado.

A homogeneização também não é presente nas regiões do país que possuem uma centralidade das *commodities*, principalmente no Centro-Sul com a ampliação da monocultura da soja, que possui multinacionais e demais empresas para atender a dinâmica capitalista que monopolizou as regiões. Assim, as regiões passaram a se especializar no cultivo de um único produto, criando, então, regiões competitivas que se articulam para atender os interesses do capital e das exportações, modificando suas relações e configurações previamente existentes. Além desse processo de atender os interesses do capital, muitas regiões recebem mais investimentos do que as outras, o que pode configurar ainda mais competitividade, fazendo com que, assim, as regiões sejam mais competitivas do que cooperadas (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Cogueto (2014) apresenta em sua pesquisa como a Revolução Verde e a formação e consolidação dos CAIs reestruturaram o espaço agrário brasileiro, na medida que os pacotes tecnológicos ganharam espaço no campo, as produções aumentaram. Pelo aumento da produção, surge o interesse de ampliar as exportações, assim, a agricultura brasileira configurou-se para atender os interesses das dinâmicas internacionais com produtos e valores estipulados internacionalmente. Os complexos industriais em conjunto com a modernização pela Revolução Verde se tornaram responsáveis pela integração da agricultura e da indústria, como também das distribuições e comércio (FREDERICO, 2013).

A dinâmica na produção agrícola se altera, passando a ser destinada à produção de *commodities*, atendendo as demandas agroindustriais (COGUETO, 2014). Essa ocupação e sucessiva desvalorização da fabricação dos produtos essenciais prejudica os pequenos produtores, que, por não conseguirem se inserir na produção de *commodities*, são levados a venderem suas terras para latifundiários e empresas, migrando para os espaços urbanos à procura de oportunidades.

Na década de 1990, o sistema de *commodities* se intensificou no Brasil e, além de configurar o sistema econômico, influenciou também em novas relações regionais, criando, assim, novas dinâmicas territoriais com produtos e preços padronizados mundialmente.

O neoliberalismo foi importante para a estruturação da mundialização do capital nos países não desenvolvidos. As políticas neoliberais no Brasil foram importantes para a estruturação da monopolização do capital, que contribuiu com a entrada das indústrias internacionais. As dinâmicas neoliberais dos países “poderosos” criaram interesses nos demais, gerando uma nova ordem de um mercado globalizado, monopolizando o capital. Para Chesnais (1997) os fundamentos da mundialização são tanto políticos como econômicos, a forma que o mercado se encontra atualmente se tornou possível pelas políticas dos Estados capitalistas, criando um domínio do mercado financeiro:

Sem a ajuda ativa dos Estados, os FMN e os investidores financeiros institucionais não teriam chegado às posições de domínio que sustentam hoje e não se manteriam tão à vontade nessas posições. A grande liberdade de ação da qual eles gozam no plano doméstico e a mobilidade internacional quase completa que lhes foi dada, necessitaram de inúmeras medidas legislativas e reguladoras de desmantelamento de instituições anteriores e de colocação no lugar das novas (CHESNAIS, p.11).

A mundialização do capital intensifica as dinâmicas hierárquicas entre os países: os principais países capitalistas continuam dominando as relações de mercado. As relações de poder, ao mesmo tempo que se descentralizam dos Estados emergentes, se centralizam nos Estados capitalistas. Chesnais (1997) aborda que os recursos financeiros monopolizam os mecanismos com a reconstrução do mercado financeiro, capazes de dominar o capital

de investimentos financeiros das empresas. Assim, os mecanismos da mundialização intensificaram as relações da divisão internacional do trabalho, criando uma dependência dos países emergentes para com os países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos.

O neoliberalismo criou dinâmicas que facilitaram a entrada das multinacionais nos países. Melo (2021) discute que, na teoria, o neoliberalismo tem a função de diminuir ao máximo a participação do Estado na economia, porém o Estado não deixou de participar e de criar políticas públicas para a agricultura, pelo contrário, participou ativamente criando políticas e dinâmicas que contribuíram para a entrada das multinacionais, que obtiveram maior favorecimento nos incentivos fiscais, sobretudo no financiamento do agronegócio com crédito abundante para o setor (Tabela 1).

O uso do crédito rural no Brasil é desproporcional, a tabela 1 apresenta uma divergência entre valores e o quantitativo de agricultores beneficiados. No crédito rural até 100 mil reais, foram feitos 1.351.693 contratos, totalizando 84,64% do total dos acordos. Entretanto, todo esse montante de agricultores se beneficiou apenas com 17,92% do crédito.

Os maiores contratos de crédito rural estão concentrados nas grandes propriedades e empresas que participam ativamente do agronegócio. Os créditos acima de 1 milhão de reais foram concedidos para 18.653 agricultores ou empresas, somando apenas 1,17% dos contratos. Entretanto, o crédito para essa faixa foi de 68 bilhões e meio de reais, correspondendo a 42% do crédito total no país.

O agronegócio possui uma relação estratégica no espaço e criam-se cadeias produtivas que necessitam de importantes investimentos do capital, com isso as relações no espaço são modificadas a fim de atender os interesses e dinâmicas do capital. O agronegócio muda as relações de uso e troca nos espaços rurais para atender às ordens do mercado externo, o que é diferente do uso do território dados pelos produtores rurais. Oliveira (2016) aponta que essas empresas nacionais e multinacionais são as controladoras da produção de produtos que elas nunca produziram, porém são considerados delas.

Essas empresas monopolistas atuam como tradings e passaram a denominar a ação de comercialização dos produtos que exportam vindos dos produtores nacionais, através do mecanismo de "dar origem a" ou originar (originate). Ou seja, são as multinacionais ou empresas nacionais mundiais que passam "a dar a origem" aos produtos que nunca produziram, mas para o mercado mundial, são "delas" os produtos (OLIVEIRA, 2016, p.233).

Tabela 1: Contratos realizados para crédito rural no Brasil, 2017 (Mil R\$).

Faixa de Valores	Quantidade de contratos	%	Valor contratado	%	Valor médio por contrato
Até 10,00	640.113	40,08	2.749.195,60	1,69	4,29
10,01 a 20,00	242.584	15,19	3.634.391,57	2,23	14,98
20,01 a 30,00	133.473	8,36	3.340.582,33	2,05	25,02
30,01 a 50,00	157.945	9,89	6.288.658,58	3,86	39,81
50,00 a 100,00	177.578	11,12	13.199.339,37	8,09	74,32
100,01 a 200,00	108.856	6,82	15.508.420,61	9,51	142,46
200,01 a 300,00	44.057	2,76	11.057.022,28	6,78	250,97
300,01 a 500,00	43.232	2,71	16.906.987,48	10,37	391,07
500,01 a 1.000,00	30.583	1,91	21.909.943,72	13,43	716,40
1.000,01 a 2.000,00	12.058	0,76	16.812.905,11	10,31	1.394,33
2.000,01 a 3.000,00	2.748	0,17	7.035.766,98	4,31	2.560,32
3.000,01 a 5.000,00	1.659	0,10	6.801.845,17	4,17	4.099,96
Acima de 5.000,00	2.188	0,14	37.865.044,28	23,21	17.305,77
TOTAL	1.597.074	100	163.110.103,16	100	102,3

Fonte: Borges e Parré (2022). Matriz de Dados do Crédito Rural (Banco Central do Brasil, 2019).

Nessas dinâmicas as empresas multinacionais acabam dominando as relações dos lugares, trazendo assim novas funções para o território. O processo de mundialização agrícola favorece o crescimento dos latifúndios, o que, diferentemente, ocorre com as políticas que beneficiam a produção de alimentos.

Uma característica da mundialização da agricultura é o processo de financeirização, e este vai se diferenciando, no sentido da obtenção e manutenção, concentrando cada vez mais com grandes proprietários, empresários e multinacionais. Os recursos financeiros do Estado drenam cada vez mais para os negócios internacionais do agro, enquanto a produção de alimentos que abastece a população brasileira, vive com a escassez de auxílios e políticas que incentivem a agricultura familiar. (ALVES; LINDNER, 2020, p.437).

O Estado tem importante papel para as dinâmicas e para as configurações do espaço, cabe aos interesses desta instituição criar políticas que atendam essas necessidades. Frederico (2012, p.14) aponta que:

A atuação do Estado é fundamental para o uso e a organização do território. A análise das políticas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, revela a cooperação entre Estado e grandes empresas, sobretudo, no que diz respeito à produção e exportação de commodities.

Se o Estado for capitalista vai criar formas de entender os interesses do capital, favorecendo as empresas.

A reprodução do capital cria cadeias produtivas em múltiplas escalas espaciais, os circuitos espaciais produtivos estabelecem relações comerciais com mercados globais, essas influências externas criam conflitos territoriais. Cria-se uma nova ordem mundial que o capitalismo monopoliza, configurando-se, então, em uma nova divisão mundial do trabalho, organizando o território a partir dos interesses do capital, com novas relações de poder (OLIVEIRA, 2016). Além de ampliar as fronteiras territoriais e configurar os espaços de produção, essa nova dinâmica capitalista modifica as necessidades do lugar, pois os mesmos se modificam para atender os interesses do capital. Para Frederico (2012) a modernização agrícola é uma das principais responsáveis por criar essas relações competitivas:

A modernização e a expansão da produção agrícola no território brasileiro têm levado à constituição de regiões competitivas, especializadas na produção de determinadas *commodities* agrícolas, que passam a atrair investimentos públicos e privados e a reunir uma série de fatores produtivos que conferem maior eficiência produtiva e integração competitiva desses produtos e regiões aos mercados internacionais (FREDERICO, 2012, p.11).

O agronegócio possui importante relação estratégica no espaço, pois ele insere cadeias produtivas que necessitam de importantes investimentos de capital e conduz os produtores a modificarem seus modos de produção: deixam de produzir alimentos essenciais para dar espaço à monocultura de *commodities*. Dessa forma, a agricultura familiar busca formas de permanecer no campo.

Schneider e Niederle (2008) retratam que, com o processo de mercantilização e a entrada dos agricultores familiares ao mercado, reduz-se a autonomia dos produtores, que passam a necessitar da compra de insumos e maquinários para a venda da produção como forma de sua reprodução social. Porém as reproduções sociais tornam-se dependentes das relações internacionais, pois as culturas e valores são direcionados de acordo com os interesses do mercado externo, deixando os produtores reféns dessas escolhas.

Esse processo modifica as relações dos produtores com o campo, que configuram suas produções para se inserirem no mercado, recebendo valores do seu trabalho de acordo com tabelas internacionais e ficando, assim, reféns do agronegócio. Para Schneider e Niederle (2008) o processo de mercantilização configura o ambiente social e econômico, o território, conseqüentemente quanto maior a relação de mercado no território, maior será a pressão para um padrão do seu funcionamento.

3. A CAFEICULTURA NA MUNDIALIZAÇÃO

As políticas públicas no Brasil consolidaram as produções de *commodities* com as implementações da modernização. Entre as *commodities* está o café, possuindo importante papel econômico no país, além de ser o maior produtor e exportador para o e do mundo. O café desenvolveu importante papel econômico e social no país, durante anos foi o maior responsável pela produção de riquezas e permanência do homem no campo (FONTES, 2001).

A década de 1960 marcou uma importante fase da mudança econômica e política que foram transformadas. As políticas transformadas ocorreram através do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e do Instituto Brasileiro de Café (IBC), que criaram políticas para a modificação das bases técnicas e de produção (COGUETO, 2014). Esse período também marcou o grande volume de exportação de café, correspondendo a 40% das exportações mundiais (VALE; *et al.*, 2012), que levaram o café a se tornar uma das principais *commodities* do país. Em 1962 foram criadas a Organização Internacional do Café (OIC) e os Acordos Internacionais do Café (AIC), projetadas pelo Estado com a funcionalidade de estabelecer os preços internacionais de café entre os países produtores e exportadores.

Com o fim dos Acordos Internacionais do Café em 1989, ocorreu uma queda dos preços e da participação dos produtores. Durante os acordos, os consumidores obtinham metade do valor final e a outra metade era destinada ao produtor. Com o fim dos acordos, a renda do consumidor aumentou para 75%, enquanto a participação dos cafeicultores passou para 13% (FREDERICO, 2013).

O fim dos AICs foi também marcado pela diminuição do preço do café no mercado internacional, os cafeicultores tiveram o preço da sua produção reduzido. A qualidade da produção de café também foi importante para esse momento, pois os demais países aderiram à qualidade dos cafés e o Brasil se viu na necessidade de ampliar suas produções, melhorando, assim, seus produtos para competir com os demais países exportadores.

A partir da década de 1990, o mercado mundial de café, que era controlado pelos Acordos Internacionais do Café, passou a ser monitorado pelas empresas de torrefação e *trading*s, que substituíram as antigas negociações (FREDERICO, 2013). Cria-se, então, um oligopólio no mercado, pois ocorre a abertura de negociações para os grupos estrangeiros, que concentram seus mercados nas empresas nacionais. Com o comércio voltado para as empresas transnacionais, os produtores começaram a produzir em maior escala em busca da inserção no mercado internacional, o que ocasionou piores condições de trabalho e de remuneração dos trabalhadores rurais (COGUETO, 2014).

As políticas neoliberais intensificaram as exportações, principalmente da soja, que se tornou a maior *commodity* do país, com volumes que beneficiam as grandes corporações e latifundiários que conseguem implementar uma produção totalmente mecanizada e modernizada. Mesmo não estando como principal produto exportador, o café possui importante papel econômico, sobretudo nas regiões onde está inserido.

No ano de 2021 o Brasil exportou para 122 países, com destaque na exportação para o continente Europeu com 49,9% de participação na exportação e 20.141.097 sacas (de 60 kg), seguido da América do Norte com 23,5% e 9.473.476 sacas; Ásia com 16,5% e 6.649.309 sacas; América do Sul com 6,4% e 2.583.866 sacas; África com 2% e 825.646 sacas; Oceania com 1% e 413.807 sacas; América Central com 0,7% e 284.502 sacas (CECAFÉ, 2021).

Na figura 4 estão destacados os 10 principais destinos do café exportado pelo Brasil no mundo.

Detalhando os dados dos fluxos de exportação apresentados na figura 2, são apontados os seguintes números: os Estados Unidos da América com 7.781.06 sacas, correspondendo a 19,3%, seguidos pela Alemanha com 6.538.674 sacas e 16,2%; Itália com 2.943.000 sacas e 7,3%; Bélgica com 2.838.562 sacas, correspondendo a 7%; Japão com 2.509.122 sacas, representando 6,2%; Rússia com 1.211.576 sacas e 3%; Colômbia com 1.157.228 sacas e 2,9%; Turquia com 983.662 sacas e 2,4%; Espanha com 947.576 sacas e 2,3% e México 894.647 sacas e 2,2%.

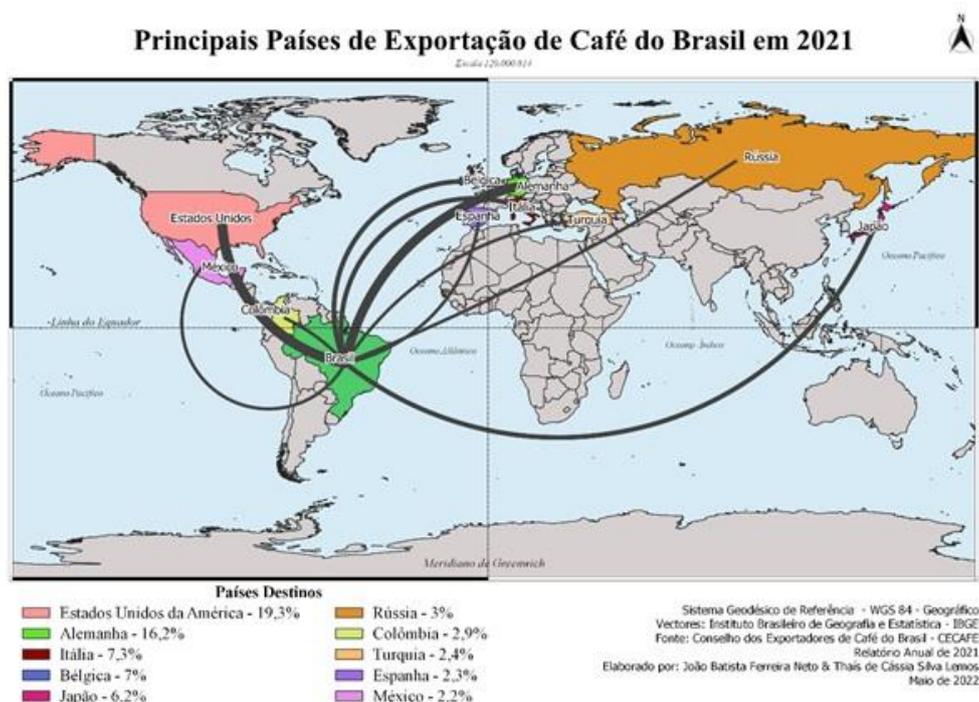


Figura 2 – principais destinos da exportação de café do Brasil.
Fonte: Relatório anual CeCafé - Elaborado Ferreira Neto e Lemos (2022).

No gráfico 1 podemos observar a cotação do valor do café, por sacas, em dólar e conseguimos analisar as oscilações dos valores das sacas de café de agosto de 2005 a Abril de 2022. Os produtores acabam ficando “reféns” de um sistema de produção que determina os valores a serem pagos pela produção. Isso ocorre pela oscilação dos preços do mercado externo, levando os produtores a venderem seus produtos com preços estipulados na bolsa de valores internacional, o que pode interferir diretamente na renda familiar.

4. O COOPERATIVISMO NO FORTALECIMENTO DA CAFEICULTURA

Por mais que a cafeicultura atualmente não seja a principal *commodity* do país, ela possui um importante papel econômico para diversas regiões, entre elas Minas Gerais, que possui mais de um milhão de hectares plantados de café, tornando esse estado o responsável por 54% da produção do país. A região que mais se destaca na produção cafeeira no estado é o Sul de Minas com uma produção de 24% (IBGE, 2018). A produção cafeeira possui importante papel para a região do Sul de Minas, pois gera empregos, sustenta a economia de vários municípios que possuem a produção como principal atividade e, além disso, contribui para a permanência dos produtores no campo que, mesmo com as dificuldades, permanecem na produção.

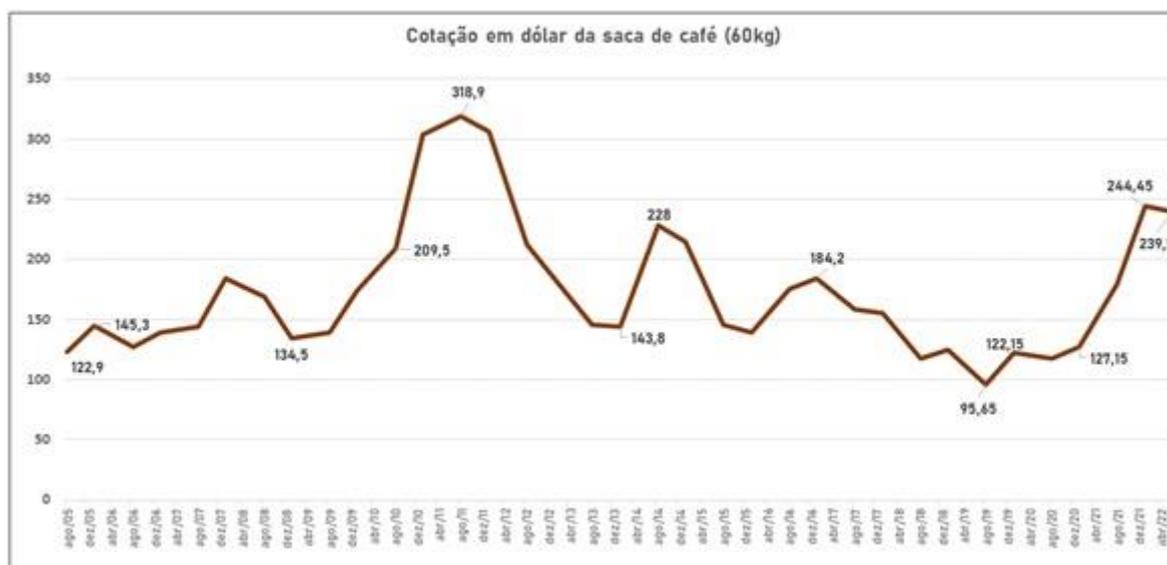


Gráfico 1 - Valor da saca de café em Dólar cotado pelo B.M & F BOVESPA, 2005-2022.

Fonte: B, M&F BOVESPA, Alves (2019).

Por ano, são gerados 8,4 milhões de empregos em todas as áreas de produção. Em Minas Gerais, maior produtor de café do país, são gerados 4 milhões de empregos

(COOPERCAM, 2021). Em relação à mão de obra é necessário destacar sobre o trabalho de migrantes nas colheitas, principalmente no Sul de Minas Gerais, que necessita de maior volume de mão de obra por conta do relevo montanhoso, o que dificulta a mecanização. Existe por parte de algumas propriedades a exploração da mão de obra dos migrantes, que se alojam e têm condições de trabalho precárias.

Alves e Lindner (2020) apresentam que, entre os anos de 2003 a 2018, foram 667 casos de trabalhadores, localizados em 33 municípios da região do Sul de Minas, que foram resgatados em situações análogas à escravidão. A situação é freada apenas por meio das denúncias e divulgação na mídia, levando à suspensão da venda e exportação dos fazendeiros. Os autores ainda apontam que a maior parte dos migrantes escravizados são do norte de Minas e da Bahia, e que a exploração tem início desde a seleção dos trabalhadores até a chegada deles nos municípios.

Com o importante papel da cafeicultura na região do Sul de Minas com extensas áreas de plantios, as cooperativas tornam-se necessárias nesse setor produtivo, contando com inúmeras associações de produtores, entre estas estão a Cooperativa Regional dos Cafeicultores (COOXUPÉ); Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha Ltda (MINASUL); Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM) e outras. Pelo grande volume de cooperativas cafeeiras, a região conta com uma alta concentração de empresas de beneficiamento de café (VALE *et al.*, 2014). Empresas, estas, de compras e comercialização de grãos, de torrefadoras de café, de vendas de insumos agrícolas, de maquinários, entre outras.

Para atender às lógicas do agronegócio na produção de café ou nas demais produções de *commodities*, os municípios são levados a se reestruturarem, como é o caso das cidades do Sul de Minas, onde lojas e empresas de implementos agrícolas e insumos ganham cada vez mais espaço. O agronegócio também influencia nas relações campo e cidade, visto que as pequenas e médias cidades se estruturam para atender às dinâmicas desta atividade:

Em decorrência do forte agronegócio do café e a tecnologia aplicada ocorre uma imposição nos moldes urbanos regionais visando atender as necessidades do campo, ou seja, uma reestruturação territorial regional a partir da especialização econômica para a produção cafeeira. Com isso, ocorreu uma dependência econômica nos arranjos produtivos do campo, e o surgimento de grandes empresas com capital vinculado a este ramo econômico (VALE *et al.*, 2014, p.9).

As empresas multinacionais também cresceram nos últimos anos, como *Louis Dreyfus Company*, que armazena e comercializa o café, sendo a terceira maior empresa que comercializa café no mundo. Outro exemplo é a empresa chinesa *Cofco*, que também

armazena e comercializa o café para todo mundo, localizada em Alfenas, junto a uma destacada empresa de produção de cafés, a *Ipanema Coffees*, que possui três fazendas que produzem e comercializam para vários países. Alves e Lindner (2020) retratam que essas multinacionais são exemplos da territorialização do agronegócio no Sul de Minas, na qual são utilizados recursos naturais disponíveis junto aos recursos do Estado para a implementação no país, porém o valor da comercialização é direcionado aos países acionistas.

A territorialização do capital seria o mecanismo em que o capitalista se torna proprietário da terra, possuindo, além do lucro da atividade industrial, a renda da terra, controlando o território (MELO, 2021). O agronegócio, por meio das empresas, territorializa-se como forma de dominar e de se apropriar do território por meio da renda da produção e da aquisição de terras, ações controladas pelo capital estrangeiro.

A mundialização da agricultura na cafeicultura do Sul de Minas contribui para a intensificação da produção cafeeira, que é colocada como importante dinâmica de mercado, explorando os seus produtores, monopolizando e territorializando. Esse processo faz com que os cafeicultores deixem de produzir as mercadorias essenciais e de consumo para atender a produção do mercado capitalista.

Como já mencionado, as cooperativas são importantes mecanismos para a mundialização e territorialização da cafeicultura na região do Sul de Minas. Existem atualmente, dezenas de cooperativas que possuem o papel, segundo Alves e Lindner (2020), de auxiliar, dar assistência técnica, agrotóxicos, armazenamentos de grãos, financiamento de créditos, assim monopolizando o território, pois os agricultores se tornam dependentes das relações comerciais da cooperativa, perdendo sua autonomia.

Assim, as cooperativas possuem um controle econômico do território, pois o cooperativismo nasce para auxiliar os produtores em um momento difícil em relação aos mercados, portanto não foi a doutrina do cooperativismo, nem suas filosofias, que atraíram os agricultores a se associarem, mas sim as vantagens econômicas presentes (FAJADO, 2012). A influência de cada uma delas vai ocorrer de acordo com o seu tamanho e a forma que as mesmas estão inseridas no mercado, além da filosofia de cada uma delas. Porém, independente da maneira que as mesmas estejam inseridas no território, elas possuem importante papel para a configuração agrícola da região e para a reafirmação da territorialização cafeeira, mesmo que ocorra em menor escala.

Broggio *et al.* (1999) retratam que algumas cooperativas trabalham de forma empresarial do cooperativismo e existem outras que seguem uma linha mais tradicional.

Entre as cooperativas da região temos a COOXUPÉ, maior cooperativa de café do mundo. Para os autores, ela atua como uma empresa capitalista de grande porte. Atualmente é a maior cooperativa de café do mundo, com 15 mil cooperados, sendo que 95% deles são pequenos produtores que vivem da agricultura familiar, situados em 200 municípios em sua área de ação (COOXUPÉ, 2021). Em muitos momentos a cooperativa foi apoiada pelo Estado brasileiro, que forneceu diversos incentivos. Em 1967, funcionários do Instituto Brasileiro de Café trabalharam para a COOXUPÉ em uma parceria para ajudar os cafeicultores (VILAS BOAS, 2021).

Por outro lado, existem cooperativas como a COOPFAM que, mesmo que inserida na dinâmica capitalista, é construída por produtores rurais e para produtores rurais, criando estratégias para a permanência dos mesmos no campo. Afinal, são eles os principais sujeitos para a produção ter continuidade.

Esses são dois exemplos das cooperativas que existem na região, mas há outras dezenas que configuram o território do Sul de Minas e que fortalecem a produção cafeeira. Independentemente do tamanho ou da ideologia, seu papel final é comercializar o café, contribuindo para a dinâmica de *commodity* nacional e internacional, além de colaborar para a economia local. As cooperativas criaram no Sul de Minas Gerais um território monopolizado, deixando-o vulnerável às oscilações da *commodity* cafeeira (ALVES, 2019).

5. A COOPFAM E SEU PAPEL NA ESCALA GLOBAL

Como visto anteriormente, as cooperativas possuem importante papel para a monopolização cafeeira na região do Sul de Minas. A COOPFAM tem realizado o papel de comercialização e de inserção dos produtores no mercado internacional, o que, além de gerar valorização para os cooperados, tem levado maior visibilidade para a cooperativa. A COOPFAM tem como forma cooperativa o comércio justo – *fair trade*– que contribui para um desenvolvimento sustentável e de uma vida digna aos produtores. Além de melhores condições comerciais, possuem melhores padrões de vida, porém é necessário que os produtores sigam normas relativas à produção e aos aspectos socioambientais (OLIVEIRA *et al.*, 2007; LEMOS, 2022).

A certificação do *fair trade* é destinada a pequenos produtores de café que estão inseridos em associações e cooperativas. A produção pode ser orgânica ou convencional, porém para a produção convencional é necessário seguir uma lista de exigências, entre elas de agrotóxicos que não podem ser utilizados, ou seja, uma forma mais sustentável de produção (MOREIRA *et al.*, 2011).

O *fair trade* surge como alternativa que se contrapõe às dinâmicas econômicas clássicas. O preço é o único responsável na escolha dos consumidores, pois eles levam em consideração os processos socioambientais, que não necessariamente estão relacionados ao preço (PEDINI, 2011). Essa alternativa de mercado contribui para que mais produtores consigam se inserir no mercado, o que colabora para a permanência dos produtores rurais e da mundialização cafeeira. Essa mundialização, assim, vai alterar o espaço agrário para atender os interesses de mercado, sobretudo internacional.

No país, muitas cooperativas possuem a certificação *fair trade*, entre elas a COOPFAM. A cooperativa iniciou suas certificações em 2002, quando passou a ser certificada pela certificadora Sapucaí para produtos orgânicos, obtendo dois certificados: BCS, que é reconhecido internacionalmente, e o de *Fair Trade Label Organization* (FLO) (OLIVEIRA *et al.*, 2006). Além da certificação *Fair Trade*, a cooperativa conta com outras certificações: a orgânica, que é a IBD que certifica a produção orgânica brasileira, sendo a única do país e a maior da América Latina, e o certificado de Produto Orgânico Brasil, que possui selo de certificação na cooperativa. A certificação é a garantia da qualidade do produto que, além de valorizar os produtores, contribui para a valorização da cooperativa, que atualmente tem gerado bons resultados, tanto para seus cooperados como para a visibilidade da mesma.

Importante ressaltar que, mesmo que contribua para a valorização do agricultor, a produção orgânica está inserida no modelo capitalista e isso é apenas mais uma das dinâmicas que favorecem a circulação e acumulação do capital. Além disso, esse novo modo de produção cria uma nova configuração no espaço agrário de Poço Fundo e da região. A inserção de um novo modelo de produção cafeeira fortalece a monopolização do capital com a produção, intensificando, assim, os laços no espaço agrário do Sul de Minas.

Atualmente são 492 cooperados associados à cooperativa, que participam ativamente nas reuniões dos núcleos que ocorrem em cada bairro e tem seu coordenador e representante para passar para os cooperados as informações da cooperativa, visto que esse é um dos critérios desta.

O mercado *fair trade* possui alguns principais objetivos, entre eles a participação ativa dos seus cooperados junto às cooperativas que fazem parte, criando projetos para a participação e continuação dos produtores no campo. Essas ações ocorrem por meio do “Premium”, que seria um valor extra, pago em cima do valor da venda, destinado para investimentos em projetos e uma parte voltada para a produção dos cooperados. (FLO, 2021). Oliveira *et al.* (2007) abordam que os valores mais justos e o recebimento do

“Premium” são para oferecer melhores condições comerciais ao produtor, melhorando o padrão de vida.

Dentre os projetos, o grupo Mulheres Organizadas Buscando Igualdade (MOBI) foi criado para atender os interesses do *Fair Trade*. O grupo teve início em 2005 em uma parceria entre o IFSULDEMINAS em Machado e a COOPFAM e dentro desse grupo foi criado o café feminino, que inicialmente era de produção orgânica e atualmente conta com produção sustentável, o que inclui ainda mais as mulheres e também contribui para maior visibilidade do grupo e da cooperativa. Vale *et al.* (2019) falam sobre a ideia e sobre como o café feminino teve início na cooperativa:

A ideia do café feminino não é original da COOPFAM, nem do Brasil. Ela é resultado de uma parceria comercial com a Organic Products Trading Company (OPTCO), dos Estados Unidos, que também está presente na criação e apoio aos cafés femininos de outros países da América Latina (Bolívia, Colômbia, Guatemala, México, Nicarágua e Peru) e na África (Ruanda e Sumatra). Trata-se, segundo o site da empresa, de “um programa focado no gênero para apoiar a justiça social e o empoderamento das mulheres produtoras de café em todo o mundo” (VALE *et al.*, 2019, p.345).

Em 2018 foi criado o café feminino sustentável como forma de incluir mais mulheres no grupo e na dinâmica de produção. O café feminino não é o que possui maior volume de vendas na cooperativa, porém possui um importante *marketing*, que tem contribuído para uma maior valorização da cooperativa e atraído novos olhares, principalmente internacionais, que são os principais consumidores. Isso faz com que a cooperativa tenha mais opções de mercado, assim contribuindo para maior circulação de capital.

A cafeicultura brasileira passou por diversas evoluções, Fontes (2001) retrata que a maior delas ocorreu com a exigência de cafés de qualidade ao mercado, delimitando um fortalecimento da imagem entre produtores nacionais e internacionais com a criação de nichos próprios. A necessidade de cafés de maior qualidade ocorreu pelo processo de transformação na exportação cafeeira do país que, ao abrir margem para os concorrentes, obteve a necessidade de criar novas estratégias de mercado.

Os tipos diferenciados de café, além de criarem novas oportunidades de comercialização e valorização dos produtores e da cooperativa, têm gerado bons resultados para as exportações. Em 2021 os cafés diferenciados representaram 19% das exportações totais dos produtos brasileiros, com envio de 7,699 milhões de sacas para o exterior, uma diminuição de 2,7% do ano anterior, que exportou 7,877 milhões de sacas. O preço médio desse produto foi de US\$207,53 por saca, o que proporcionou uma receita de US \$1,591 bilhões por 12 meses (CECAFÉ, 2021). Assim, cooperativas como a COOPFAM, que são um dos principais meios de comercialização desses cafés, são responsáveis por essa

circulação do capital por meio da cafeicultura. Com isso, elas criam estratégias para ampliar essa produção e os projetos acabam se tornando um dos meios, no qual além de agregarem mais cooperados, ampliam suas produções.

O município de Poço Fundo possui uma área de 474,55 km² e possui um total de 15.961 habitantes, sendo que 9.285 (58%) residem na cidade e 6.679 (42%) no meio rural (IBGE, 2010). O município conta com 1.972 estabelecimentos agropecuários, sendo que 1.839 são de agricultores familiares. Em média os produtores possuem até 10 hectares, apresentando, assim, que o espaço agrário de Poço Fundo é de agricultores familiares de pequenas propriedades. As lavouras permanentes ocupam 83% da área municipal, enquanto as lavouras temporárias ocupam apenas 17% da área produzida.

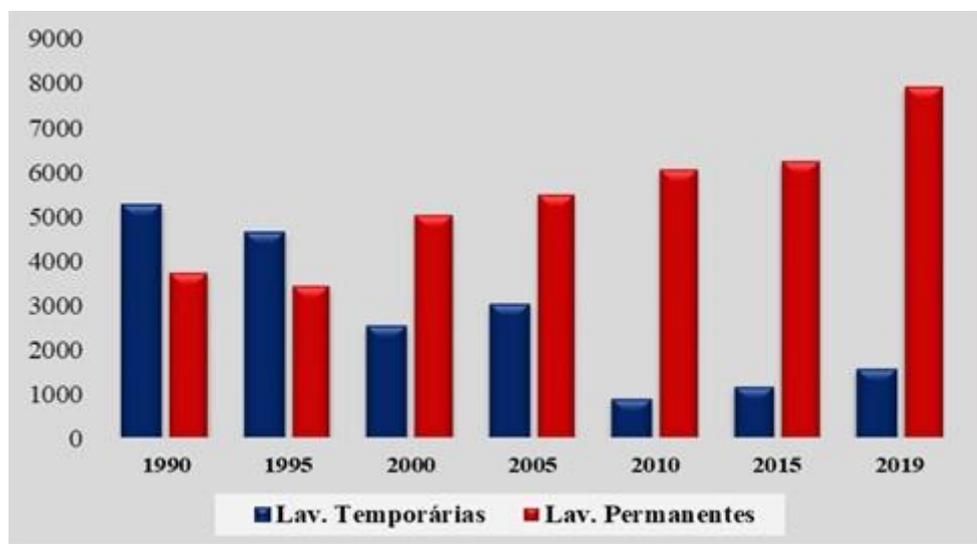


Gráfico 2 - Área Plantada de Lavouras Temporárias e Permanentes (hectares) no Município de Poço Fundo-MG (1990-2019).

Fonte: SIDRA IBGE – Produção Agrícola Municipal – 2019. Elaborado por: Lemos (2022).

Como podemos observar no gráfico 2, até o ano de 1995 as lavouras temporárias eram superiores às permanentes, o que foi se transformando a partir da inserção do café. Os autores Silva *et al.* (2001) relatam que os principais fatores que contribuíram para o crescimento agroindustrial do café no Sul de Minas foram a existência de financiamentos, a assistência técnica, a inserção das novas tecnologias e o aumento das exportações. A inserção das multinacionais e a oligopolização das cooperativas na região criaram uma relação de poder, monopolizando, assim, o território. Dessa forma, as cooperativas da região, principalmente a local, fortalecem a monopolização do território, pois suas dinâmicas são responsáveis por inserir a produção em uma ótica global.

As políticas ocorrem em direção à ampliação da exportação por *commodities*. Alves (2021) retrata sobre isso e descreve que, no ano de 2019, o crédito rural brasileiro chegou

a 178 bilhões de reais, mas apenas 14,5% foi destinado ao Pronaf, mostrando que os investimentos governamentais subsidiam a *comoditização* do território brasileiro:

Nesse sentido, a comoditização do território se caracteriza pela diminuição de variedades agrícolas associadas a uma expansão de grãos e cultivos, destinados a atender o mercado externo e agroindústrias nacionais. Essa comoditização do território tende a homogeneizar a paisagem rural, reduzindo a presença de pessoas, a diversidade de objetos e ações na morfologia socioespacial, da diversidade da agricultura familiar a monocultura da grande propriedade, e por fim, essa comoditização é amparada e subsidiada com recursos do Estado, em formas de políticas de crédito e financiamento. Apenas para exemplificar, em 2019, o crédito rural no Brasil atingiu a marca de 178 bilhões de reais 3, e desse valor apenas 14,5% foi destinado ao PRONAF, que atende a agricultura familiar, ou seja, os sucessivos governos ao longo do século XX e XXI, subsidiam largamente a comoditização do território brasileira (ALVES, 2021, p.141).

Assim, tanto as políticas quanto o papel das cooperativas junto às multinacionais ampliam a produção cafeeira na região, que deixa de produzir determinados alimentos para atender à dinâmica global de produção. Isso, no primeiro momento, contribuiu para a economia local, mas depois a falta da produção de alimentos levou à insuficiência deles. Mesmo que a configuração da cooperativa seja de uma vida digna aos produtores, ela os coloca “reféns” de um sistema global de produção.

As políticas para a ampliação e fortalecimento das exportações ocorrem pelos bons resultados das *commodities*, afinal as políticas neoliberais da década de 1990 e a ampliação do livre comércio abriram portas para as multinacionais se instalarem, criando um território monopolizado que é ampliado até os dias atuais por conta dos ótimos resultados das exportações.

Em Poço Fundo, em 2022, foram arrecadados \$18.609.322 com a cafeicultura (COMEXSTAT), com o maior volume financeiro para os países Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido (Tabela 2), sendo apenas na Alemanha quase \$7,7. Se voltarmos para a Figura 2, onde está o mapa da porcentagem de cafés exportados no ano de 2021 no Brasil, podemos analisar que tanto Estados Unidos quanto Alemanha são os principais países para a exportação, apresentando que o município faz parte da mundialização da agricultura por meio da cafeicultura, atendendo os interesses internacionais de mercado.

A COOPFAM também não fica de fora dessa linha de mercado, podemos observar os principais países de exportação do café no ano de 2021 e comparar com a representação da exportação do café de modo geral no país. As exportações por parte da COOPFAM seguem a mesma linha mercado logística, porém o país que ganha destaque é o Reino Unido, com 40,50% das exportações, mostrando, assim, que a cooperativa é uma das principais responsáveis por inserir os produtores e a cafeicultura local no mercado

globalizado, criando importantes relações econômicas para diversos países, gerando bons resultados para a exportação nacional e para o município.

Assim, os projetos realizados pela cooperativa para a valorização dos produtores e para a participação dos mesmos têm gerado novas formas de ampliação da mundialização, levando mais produtos para o mercado competidor. Dessa forma, mesmo que a COOPFAM seja uma cooperativa voltada para os seus produtores e que possua menor influência em relação a outras como, por exemplo, a COOXUPÉ, ainda tem importante influência no mercado competidor e para o acúmulo de capital.

Tabela 2: Países de Exportação e os valores em Milhões de Dólares (2022).

País	Exportações de Café (Milhões de Dólares)
Alemanha	7,7
Estados Unidos	6,08
Reino Unido	1,01
Bélgica	0,547
Japão	0,479
Canadá	0,885
Coréia do Sul	0,781
Nova Zelândia	0,324
França	0,191
Noruega	0,113
Paraguai	0,108
Austrália	0,073
Suíça	0,024

Fonte: ComexSat, 2022. Elaborado por Thaís Lemos e Flamarion Dutra Alves.

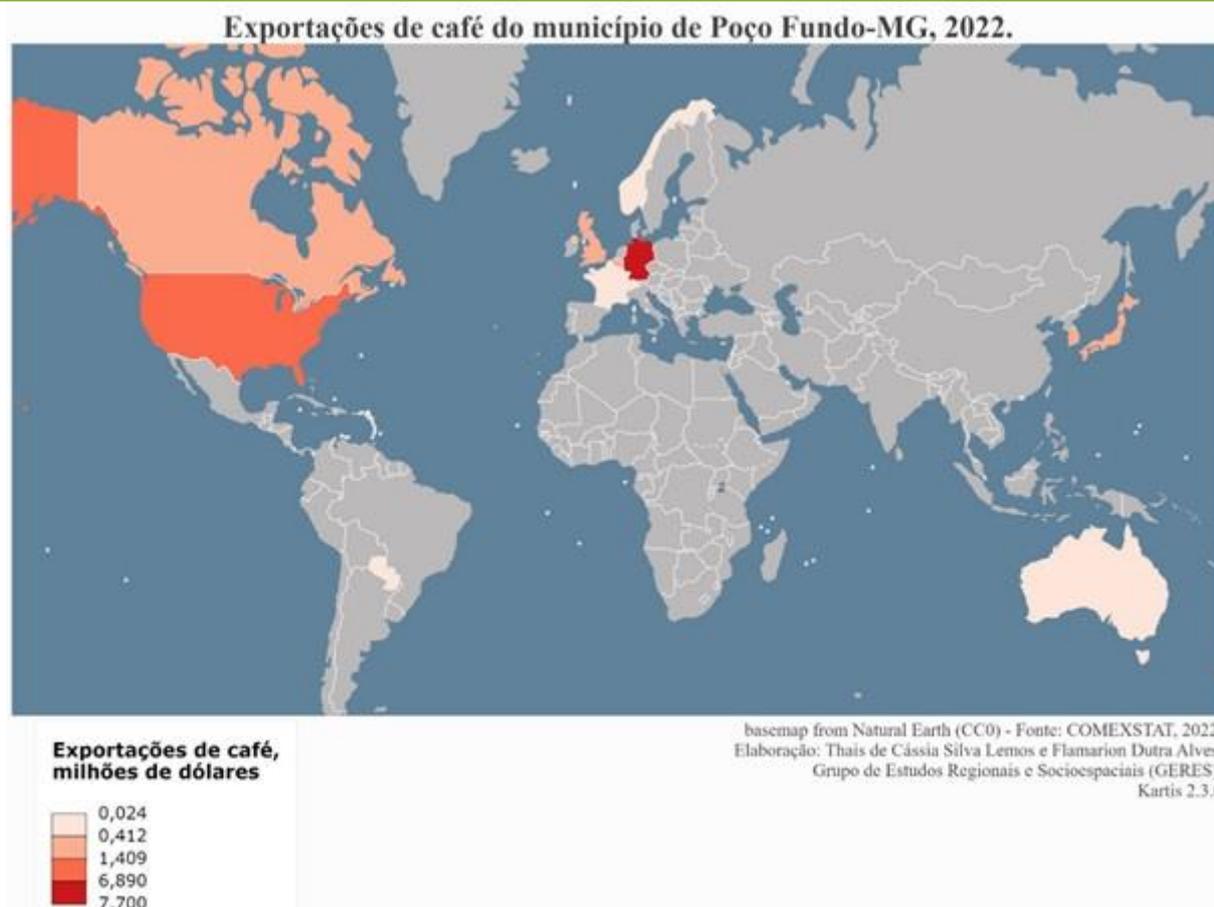


Figura 3 - Mapa de Exportações de Café no Município de Poço Fundo.

Fonte: ComexSat, 2022. **Elaboração:** Os autores.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mundialização alterou a produção e a comercialização da agricultura, as políticas neoliberais fortaleceram as relações comerciais, abrindo espaços para as multinacionais e grandes corporações, que criaram um domínio territorial, gerando uma padronização no modo produtivo. Esse processo fortaleceu o agronegócio e as *commodities*, que começaram a ganhar espaço produtivo, ocupando lugares de produtos considerados essenciais.

O fortalecimento por meio das políticas públicas ocorre pela arrecadação do capital que as exportações alcançam. Porém, são os principais países capitalistas que possuem o controle comercial por parte da produção, assim o território é comandado por eles, ainda que eles não produzam, deixando os produtores diante de um sistema que os explora e determina as dinâmicas comerciais.

A cafeicultura já foi a principal *commodity*, possuindo importante papel para a economia nacional. Atualmente, mesmo não sendo a líder em exportação do país, ainda possui papel estrutural econômico para diversas regiões, entre elas o Sul de Minas Gerais,

principal produtor do país. A região é estruturada por multinacionais e cooperativas comerciais, que contribuem para a monopolização cafeeira, afinal, são elas que serão responsáveis pela estruturação para atender os interesses comerciais.

A COOPFAM, mesmo possuindo uma representatividade menor se comparada a outras cooperativas da região, também realiza o papel estrutural da cafeicultura, tanto para Poço Fundo como para a região, afinal, quanto maior for a demanda da comercialização, maior será o controle territorial, pois a expansão de novos produtores vem com a maior demanda de comercialização. A cooperativa se diferencia por estar inserida no comércio justo, o que valoriza o produtor, mas que também cria novos nichos de mercado, que beneficiam a estrutura comercial global, atendendo os interesses dos líderes comerciais.

Dessa forma, a cooperativa, mesmo que em menor escala, tem gerado milhões em comercialização do café, o que vai estruturar cada vez mais o território para atender essas dinâmicas. Sendo assim, quanto maior a ampliação da comunicação da cafeicultura, maior a monopolização e controle por meio produtivo.

REFERENCIAL

ALBANO, G. P.; DE SÁ, A. J. Globalização da agricultura: multinacionais no campo brasileiro. **Terra Livre**, v. 1, n. 36, p. 126-151, 2011.

ALVES, F. D. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na Região Imediata de Alfenas–Minas Gerais. **Boletim Alfenense de Geografia**, v. 1, n. 2, p. 129-150, 2021.

ALVES, F. D. O agronegócio do café e a territorialização no sul de Minas. In: ALVES, F. D. *et al.* (Orgs.). **A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea**. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2019. p. 324-374.

ALVES, F. D.; LINDNER, M. Agronegócio do café no Sul de Minas Gerais: territorialização, mundialização e contradições. **OKARA: Geografia em debate**, v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de Dados do Crédito Rural**. 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL>.

BROGGIO, C.; DROULERS, M.; GRANDJEAN, P. A dinâmica territorial da cafeicultura brasileira dois sistemas de produção em Minas Gerais. **Revista TERRITÓRIO**, v. 4, n. 6, 1999.

CECAFÉ – Conselho dos exportadores de café do Brasil. **Relatório mensal de Dezembro 2021**.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, v. 5, n. 2, 2001.

COGUETO, J. V. **Indicação geográfica e cafés especiais**: circuito espacial produtivo e círculos de cooperação dos cafés da Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

COMEXSTAT - Consulta da Exportação do Comércio Exterior. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 10 mar. 2023.

COOXUPÉ – COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEICULTORES EM GUAXUPÉ. Site da Cooperativa. Disponível em: Acesso em: 10 mar. 2023.

DELGADO, G. C. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 2, n. 1, p. 79-97, 1985.

FAJADO, S. A Territorialidade das Cooperativas Agropecuárias no Estado do Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: TERRITÓRIOS EM DISPUTA, 21. 2002. Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: FLO, 2012.

FREDERICO, S. Imperativo das exportações e especialização agrícola do território brasileiro: das regiões competitivas à necessidade de regiões cooperativas. **Geografia**, v. 37, n. 1, p. 5-18, 2012.

FREDERICO, S. Lógicas das commodities, finanças e cafeicultura. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, n. 1, p. 97-116, 2013.

FONTES, R. E. **Estudo econômico da cafeicultura no Sul de Minas Gerais**. 2001. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **Nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996. 228p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Minas Gerais. Poço Fundo, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sidra**. 2018.

LE MOS, T.C.S. **A dinâmica da cafeicultura na agricultura familiar em Poço Fundo-MG**: estratégias e desafios na sucessão geracional pela COOPFAM. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2022.

MELO, R. V. **Territorialização dos Agrotóxicos na Agricultura Familiar no Município de Guaranésia-MG**. 2021. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2021.

MOREIRA, C. F; NADAI FERNANDES, E. A.; FREITAS VIAN, C. E. Características da certificação na cafeicultura brasileira. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 13, n. 3, p. 344-351, 2011.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 5, n. 10, p. 5-64, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016. 545p.

OLIVEIRA; R. F.; ARAÚJO, U. P.; SANTOS, A. C. Efeito do Fair Trade na Cooperativa de Agricultores Familiares de Café de Poço Fundo, MG. **Organizações Rurais & Agroindústrias**, Lavras, v. 10, n. 2, p. 211-225, 2008.

PEDINI, S. **Apostila de cafeicultura orgânica**. ESACMA - Escola Superior de Agricultura e Ciências de Machado. Machado, 2000.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. O Brasil. Território e Sociedade no início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001a. 473p.

SCHNEIDER, S; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: EMBRAPA CERRADOS. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008. p. 989-1014.

SILVA, S. M.; SANTOS, A. C.; LIMA, J. B. Competitividade do agronegócio do café na região Sul de Minas Gerais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 3, n. 1, 2001.

VALE *et al.* A questão de gênero na agricultura familiar no Sul de Minas: buscando comparações entre os sistemas de produção de café convencional e orgânico. In: ALVES, F. D. *et al.* (Orgs.). **A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea**. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2019. p. 324-374.

VALE, A. R; CALDERARO, R. A. P.; FAGUNDES, F. N. A cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste. **Campo-território**, n. esp., p. 1-23, 2014.

VILAS BOAS, L. G. A atuação das cooperativas agropecuárias no município de Nepomuceno-MG. **Formação (Online)**, v. 28 n. 53, p. 263-293, 2021.

Recebido: 01.08.2023

Aceito: 04.09.2023